

RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.067 - SP (2019/0241474-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **MATORINA NEVES BOA SORTE**
ADVOGADO : **FANIO DE SOUZA SANTOS E OUTRO(S) - SP337593**
RECORRIDO : **BRIZA DALILA VIEIRA**
ADVOGADO : **DIOGO SANDRET DA COSTA FONSECA - SP391911**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTES DE MORTE EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MEDIDA COERCITIVA ATÍPICA. ART. 139, IV, DO CPC/2015. SUSPENSÃO DA CNH. REVISÃO DA CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO EM RELAÇÃO AOS CRITÉRIOS QUE AUTORIZARAM O DEFERIMENTO DA MEDIDA. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MATORINA NEVES BOA SORTE, com fulcro nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 106):

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO INDENIZATÓRIA ACIDENTE DE TRÂNSITO PROCEDÊNCIA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA BLOQUEIO DE CARTEIRA DE HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO AUTOMOTOR (CNH) DESCABIMENTO AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. Não se pode tratar o art. 139, inc. IV, do CPC, como se fora panacéia com aptidão de solucionar todas as situações de renitência ao cumprimento da sentença. Logo, “se há disciplina específica para a prestação da tutela jurisdicional em cada conjunto de espécies de obrigações, é necessário que se interprete este dispositivo com grande cuidado, sob pena de, se se entender que em todos os tipos de obrigações, inclusive na de pagar quantia em dinheiro, pode o juiz lançar mão de medidas típicas das ações executivas 'lato sensu', ocorrer completa desconfiguração do sistema engendrado pelo próprio legislador para as ações de natureza condenatória”. Justiça gratuita. Deferimento. Preenchimento dos requisitos legais. PRELIMINAR DA AGRAVADA AFASTADA. RECURSO PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, o acórdão foi integralizado pelas seguintes

ementas:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - CARÁTER INFRINGENTE - PREQUESTIONAMENTO - EMBARGOS REJEITADOS.

(e-STJ, fl. 117)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - REITERAÇÃO - Inexistência de fundamento legal para o reexame da questão no caso em concreto. EMBARGOS REJEITADOS.

(e-STJ, fl. 128)

Nas razões do recurso, a recorrente defende a existência de divergência jurisprudencial e a violação ao art. 139, IV, do CPC/2015.

Sustenta ser possível a suspensão da CNH como medida coercitiva para compelir a parte recorrida a adimplir o pagamento de indenização decorrente da condenação imposta em ação envolvendo acidente de trânsito.

Assim sendo, requer o provimento do presente apelo excepcional.

Contrarrazões às fls. 236-245 (e-STJ).

Decisão de admissibilidade às fls. 246-247 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante ressaltar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, sendo, desse modo, aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Na origem, a recorrente ingressou com cumprimento de sentença proferida em ação de indenização por danos materiais e morais decorrentes da morte de seu genitor em acidente de trânsito causado pela ora recorrida.

Diante da ausência na satisfação do seu crédito, a recorrente pleiteou o deferimento de medidas coercitivas necessárias para assegurar o pagamento do crédito

fixado pela decisão judicial, tendo o magistrado singular, com fundamento no art. 139, IV, do CPC/2015, determinado a suspensão da carteira de habilitação da recorrida até o completo adimplemento da dívida.

Irresignada, a parte recorrida interpôs agravo de instrumento, o qual, ao ser julgado pelo Tribunal de origem, teve seu provimento fundamentado nos seguintes argumentos (e-STJ, fl. 108):

O ponto nodal da controvérsia trazida à apreciação desta instância recursal pela agravante diz respeito à aplicação do art. 139, inc. IV, do CPC, já que entende não ser cabível a suspensão (bloqueio) da carteira de habilitação para dirigir veículo automotor (CNH).

Em verdade, é caso de reforma da decisão vergastada.

Como é consabido, a lei de regência não preconiza o uso de tais medidas coercitivas para ações desse jaez.

Aliás, insta ressaltar que o art. 139, IV, do CPC não é panaceia a ser utilizada como solução para toda e qualquer situação de não pagamento do débito por parte do executado.

Como se verifica, na hipótese, a decisão impugnada refere-se ao afastamento da aplicação do conteúdo jurídico inserido no art. 139, IV, do CPC/2015, o qual possibilita ao Juiz “determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.”

A norma em comento foi recebida com encômios do mundo jurídico, por consolidar a aplicação do princípio da efetividade no novo Código, conforme observado na exposição de motivos do então anteprojeto do referido diploma processual:

Um sistema processual civil que não proporcione à sociedade o reconhecimento e a realização dos direitos, ameaçados ou violados, que têm cada um dos jurisdicionados, não se harmoniza com as garantias constitucionais de um Estado Democrático de Direito. Sendo ineficiente o sistema processual, todo o ordenamento jurídico passa a carecer de real efetividade. De fato, as normas de direito material se transformam em pura ilusão, sem a garantia de sua correlata realização, no mundo empírico, por meio do processo. (<https://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/Anteprojeto.pdf>)

Na seara doutrinária, acerca das razões de adoção do modelo de atipicidade

das medidas executivas, José Miguel Garcia Medina preceitua:

O modelo baseado na tipicidade das medidas executivas tende a alcançar resultados satisfatórios na medida em que as situações de direito material e os problemas que emergem da sociedade sejam parecidos. Nesses casos, é até mesmo conveniente a previsão de medidas similares para os casos em que problemas parecidos se reproduzem, a fim de que se observe em relação àqueles que estejam em uma mesma situação de direito material um procedimento também similar. Quando, porém, o modelo típico de medidas executivas mostra-se insuficiente, diante de pormenores do caso, o sistema típico acaba tornando-se ineficiente, faz-se necessário realizar-se um ajuste tendente a especificar o procedimento, ajustando-o ao problema a ser resolvido. Para tanto, é de todo conveniente que o sistema preveja um modelo atípico ou flexível de medidas executivas (Direito Processual Civil Moderno. 2ª. ed. São Paulo: RT, 2016, p. 1071).

Desse modo, para que o julgador se utilize de meios executivos atípicos, a decisão deve ser fundamentada e sujeita ao contraditório, demonstrando-se a excepcionalidade da medida adotada em razão da ineficácia das que foram deferidas anteriormente.

In casu, ficou assentado pelo Tribunal estadual a inaplicabilidade, no caso concreto, da medida de suspensão da CNH da recorrida.

Em consequência, para se ultrapassar a conclusão alcançada no tocante ao juízo de adequação, efetividade, razoabilidade e proporcionalidade da medida, a fim de acolher a tese recursal, seria necessário o reexame das circunstâncias fático-probatórias da causa, o que não se admite em âmbito de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 deste Tribunal.

No tocante à análise da divergência jurisprudencial alegada pela recorrente, fica prejudicado o exame do dissídio, pois, em virtude da incidência da Súmula n. 7/STJ, não é possível encontrar similitude fática entre o aresto combatido e os acórdãos paradigmas, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram, não em virtude de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator